

**IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM UMA ORGANIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA**

Rebeca Freire Oliveira¹; Rafael Motta Rodrigues²; Willian Falcão Lopes³

1 Estudante de Ciências Sociais da UESB, *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

Bolsista de PIBEX-UESB da EduGeoPsIC, rebecsoliveira21@gmail.com

2 Estudante de Pedagogia da UESB, *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Bolsista de

I.C CNPq do VIVA's, 202220667@uesb.edu.br

3 Doutor em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Professor efetivo da UESB e do

PPGEO, *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, willian.lopes@uesb.edu.br

Resumo

O presente artigo acadêmico intencionou, de modo geral, compreender os limites e as possibilidades para o acesso e permanência de pessoas trans e travestis, com foco nas percepções político-pedagógicas de discentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para isso, focamos nas abordagens qualitativas de pesquisa, tendo como método o fenomenológico. Sobre o dispositivo de produção de informações utilizamos a entrevista fenomenológica com quatro pessoas, sendo uma delas identificada como travesti, duas como mulheres trans, e um como não-binário. Já como principais resultados identificamos que a partir das percepções desses discentes entrevistados, as diversas violências simbólicas enfrentadas no cotidiano, a falta de preparo técnico da universidade e a escassez de atividades que abordem mais sobre as identidades trans no ensino superior, os colocam em vulnerabilidade enquanto estudantes em um espaço ainda estruturado para lidar apenas com pessoas cisgênero.

Palavras-Chave: acesso e permanência, transexuais e travestis, políticas educacionais, ensino superior.

Introdução

O acesso e continuidade de pessoas transexuais e travestis nas organizações de Educação Superior tendem a envolver aspectos delicados que atravessam esses corpos-territórios, demandando um olhar-escuta atento e voltado às políticas educacionais que implicam diretamente sobre essas pessoas nos mencionados espaços-tempos. Tais entendimentos se fundamentam em pesquisas dos campos da Educação, Ciências Sociais, Geografia, Psicologia etc., que expressam os inúmeros desafios, preconceitos e discriminações que são vivenciados pelas pessoas trans nas universidades frente os desdobramentos de imagens hegemônicas da cisgeneridade e da heteronormatividade compulsórias.

Conforme Lopes (2024) a imagem hegemônica da cisgeneridade compulsória tende a se apresentar socialmente enquanto norma para as identidades de gênero, mostrando uma certa resistência em reconhecer as pessoas trans enquanto outras formas potentes de expressão de gênero, uma vez que intenciona que as pessoas deveriam se identificar com o gênero que lhes foi atribuído a partir de seu nascimento. Sublinhamos que entendemos “[...] por pessoas trans o grupo que constitui travestis¹ e transsexuais²” (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p. 2). Nessa perspectiva, tal “[...] como a heterossexualidade compulsória está como norma para as orientações sexuais, a cisgeneridade compulsória está como norma para as questões de gênero” (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p.7).

[...] a norma cisgênera, a partir de um olhar subalterno, [...] vão se constituindo para (re)produzir formas de ser, de estar e de agir no mundo. Tais tramas e estratégias são reivindicadas pela sociedade de modo a manter o status quo de dominação de uma hegemonia sexual e de gênero sobre as minorias consideradas dissidentes. Reflete, portanto, a necessidade de se pensar as linguagens, quando utilizadas a ponto de categorização, sob uma ótica institucional, que promove rígidos modos de subjetivação e produções de sentidos cristalizados e colocados como natural para a organização e certa ordem em sociedade. (Cazeiro; Souza; Bezerra, 2019, p. 1-2).

É por meio do entendimento das implicações das mencionadas imagens hegemônicas nos modos de pensar-sentir-agir das pessoas nas organizações de Educação Superior, que Scote e Garcia (2020) problematizam que mesmo com a recente aplicação de dispositivos político-financeiro-metodológicos relacionados à inclusão, as possibilidades de acesso e permanência de discentes trans continuam sendo baixas, o que pode estar relacionado com a forma pela qual essas organizações podem estar se aproximando ou se distanciando dos valores intencionados pela cisgeneridade e heteronormatividade compulsórias.

Diante disso, é fundamental entender sobre a importância da comunidade trans estar ocupando os espaços-tempos universitários, pois há muito tempo esse grupo minoritário vem sendo marginalizado, tendo os seus direitos negligenciados, mesmo diante de algumas pequenas conquistas sociais obtidas por meio de intensas lutas e resistências da comunidade (Viana *et al.*, 2022). Uma das recentes conquistas foi a constituição de cotas para o acesso de pessoas transexuais e travestis nos cursos de graduação. No entanto, ainda são poucas as universidades que reservam cotas para pessoas trans, e mesmo com a implementação dessas políticas de ações afirmativas, o acesso universitário em sua concretização pode ser afetado por situações de discriminação ou de constrangimentos produzidos de forma direta, como também de maneiras veladas, seja durante o acolhimento, na realização da matrícula, e/ou na semana de integração dos novos/as cursistas.

Tais constrangimentos aparecem no uso de termos pejorativos, assim como na realização de questionamentos vulnerabilizadores relacionados a sexualidade e/ou genitália dessas pessoas, o que, de certa forma, revela o despreparo teórico-conceitual para com as especificidades da comunidade trans. Frente a isso, se faz necessária uma discussão mais aprofundada sobre as pessoas trans nos espaços-tempos universitários, buscando tanto favorecer as suas permanências nesses espaços, quanto remodelar ativamente as políticas de

¹ Travestis são pessoas que nasceram com determinado sexo, atribuído culturalmente ao gênero considerado correspondente pela sociedade, mas que passa a se identificar e construir nela mesma o gênero oposto (Lopes, 2024, p. 219).

² Transexuais são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento, isto é, a transexualidade se refere à identidade de gênero oposta ao sexo físico biológico, utilizado tanto para identidades masculinas (transmasculino), quanto femininas (transfeminina) (Lopes, 2024, p. 219).

acesso e permanência neles já existentes. A identidade de gênero de uma pessoa trans é frequentemente posta no lugar de marginalidade (Benevides, 2019), o que se reflete na escassez de discussões acadêmicas sobre o tema nos espaços-tempos universitários.

Levantada algumas provocações sobre o tema, a escolha desse fenômeno de estudo decorre das vivências da primeira autora, que é uma mulher trans e discente do curso de Ciências Sociais, como também das pesquisas que expressam os inúmeros desafios, preconceitos e discriminações que são vivenciados pelas pessoas trans nas universidades, as quais permanecem sendo afetadas pelas imagens hegemônicas da cisgeneridade e da heteronormatividade compulsórias. Apresentada a relação dos/as autores/as com aquilo que pesquisam, sublinha-se que o presente artigo acadêmico intencional, de maneira geral, descrever e interpretar nas percepções de discentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) os limites e as possibilidades para o acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis na Educação Superior.

A fim de alcançar a intencionalidade mencionada, a investigação foi embasada nas abordagens qualitativas de pesquisa, tendo como Método o Fenomenológico de Base Empírico-Interventiva (MFE-I) de Lopes (2024). O dispositivo de produção de informações utilizado foi a entrevista fenomenológica, a qual foi implementada com quatro discentes transexuais, sendo duas identificadas enquanto travestis e duas enquanto transsexuais. Para tanto, o campo empírico foi a UESB, *campus* de Vitória da Conquista-Ba. Já sobre a perspectiva de descrição e de interpretação das informações produzidas, foi adotada, principalmente, a Fenomenológica proposta por Giorgi (2008), ao mesmo tempo, também aderimos às perspectivas hermenêuticas.

As condições de acesso da população trans nas organizações de Educação Superior frente às implicações da cisgeneridade compulsória

A transgeneridade refere-se a uma identidade de gênero na qual uma pessoa passa a não mais se identificar com o sexo designado ao seu nascimento, começando um processo de transição a uma nova identidade, seja ela transmasculina, transfeminina ou não propriamente relacionada a lógica binária (homem e mulher) (Viana *et al.*, 2022). Já a cisgeneridade é voltada para aquele grupo de pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento.

Diante dos conceitos problematizados, fica evidente o grupo de pessoas que, ao serem inseridos em um contexto social, tendem a ser vítimas de discriminação ou preconceitos por grupos neoconservadores. Para tanto, a inclusão ou permanência de pessoas transexuais e travestis em organizações de Educação Superior, ainda é um tema delicado de ser discutido, pois, a falta de instrumentalização nos mencionados espaços para com as especificidades desse público tendem a proporcionar um menor nível de Bem-Estar Subjetivo (BES) dessas pessoas, que se relaciona com uma maior produção de afetos negativos em relação aos positivos, como também com uma baixa satisfação geral com as suas próprias vidas em relação aos padrões socialmente pré-estabelecidos (Lopes; Couto; Souza, 2022).

Além disso, a falta de instrumentalização (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) da comunidade universitária (docentes, técnicos, discentes, gestores etc.) favorece uma série de problemas que podem implicar diretamente na exclusão social de pessoas trans (Lima; Maciel, 2020). Essa exclusão acontece a partir do momento em que as características desse grupo minoritário passam a não ser tão bem aceitas e respeitadas, levando as pessoas trans a uma marginalização que automaticamente reflete no baixo nível de BES por elas produzido.

O problema é ainda maior quando se trata da educação formal de pessoas trans.

Inúmeras são as dificuldades pelas quais uma pessoa trans vê-se obrigada a passar em diversas sociedades, sobretudo a brasileira, principalmente devido aos obstáculos vivenciados nas instituições escolares durante o processo de formação. Apesar da inexistência de dados estatísticos sobre a evasão escolar da população LGBT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando-se que aproximadamente 73% dessa população evade das escolas. (Santos, 2016, p.13).

De acordo com Santos (2016), a evasão nos espaços-tempos escolares é um fenômeno muito presente na vida de transexuais e travestis, isso decorre das diversas violências e formas de opressão por elas vivenciadas nesses espaços. Além disso, frente a uma menor instrumentalização política-financeira-metodológica, a evasão nas escolas pode gerar dificuldades no acesso à Educação Superior ou ao mercado de trabalho. Devido a questões como essa, a população trans encontra-se vulnerável à falta de oportunidades.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em pesquisas do ano de 2021, estima-se que 90% da população trans brasileira tem a prostituição como principal fonte de renda e única possibilidade de subsistência. De acordo com informações do Projeto Além do Arco-Íris/Afro Reggae, do mesmo ano, em média, as pessoas deste grupo são expulsas de casa aos 13 anos de idade durante o processo de reconhecimento e transição. Os índices do projeto ainda apontam que apenas 0,02% estão na universidade, 72% não possui o ensino médio e 56% terminaram o ensino fundamental. (Koslinski, 2022, on-line).

Frente ao que Koslinski (2022) nos propõe podemos, ainda, refletir sobre o quanto a atuação na prostituição, enquanto estratégia de subsistência adotada por pessoas trans, implica em maiores riscos à integridade física-psicológica dessas pessoas. Esses riscos são evidentes no fato de que o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo, mesmo com o reconhecimento dessa prática enquanto criminosa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2019 (Pinheiro, 2022). Em consequência disso, a expectativa de vida de transexuais e travestis, como evidenciado por estudos recentes produzidos pela Antra (2024), estima-se até os 35 anos de idade.

O acesso à Educação superior ainda é limitada no que consiste a inclusão da maioria da população trans, portanto, a implementação de cotas voltadas para esse público em algumas universidades vêm avançando e hoje, há um breve avanço acadêmico, com algumas dessas pessoas ocupando espaços educacionais, tendo mais visibilidade, apesar de que continuam sendo um grupo majoritariamente marginalizado.

A UnB se soma a outras 17 universidades públicas que já adotaram políticas afirmativas de reserva de vagas para pessoas trans na graduação, sendo 13 federais e 4 estaduais, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Em 2018, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) foi pioneira no Brasil a reservar vagas a pessoas trans, segundo a Agência Brasil. No ano seguinte, em 2019, a Universidade Federal do ABC (UFABC) foi a primeira universidade pública do estado de São Paulo a aderir às cotas para pessoas trans. No mesmo ano, a Universidade Federal da Bahia (Ufba) também adotou cotas para a comunidade trans. (ANDES, 2024, on-line).

De acordo com Andes (2024), a UnB se torna a 18ª universidade pública a adotar cotas para pessoas trans e travestis na graduação. Essas políticas afirmativas buscam compreensão e melhorias além da cisgeneridade, entretanto, com as leis institucionais, esses corpos permanecem em fragilidade, já que a diversidade universitária ainda é influenciada pelos costumes heteronormativos, impondo limitações ocupacionais em alguns discentes transgêneros. É fundamental considerar e dar relevância às experiências desse grupo minoritário, um grupo que ainda enfrenta discriminação e negligência, devido a diversos marcadores sociais.

A inclusão não é só um dever de luta da própria instituição de acordo a fundação dessas leis, é também de toda a sociedade universitária, onde deveriam buscar compreender que diversidade não é voltada somente para pessoas cis, e mesmo com a existência de políticas de inclusão, pessoas trans e travestis continuam vulneráveis nesse âmbito. Assim, a instituição precisa de um suporte maior, levando mais discussões pautadas sobre identidade de gênero, dando foco na perspectiva de uma pessoa trans e travesti e como essa baixa inclusão afeta esses corpos.

Baixa inclusão no sentido das políticas afirmativas não assegurar 100% de segurança ou bem-estar dessas pessoas, pois o espaço acadêmico ainda tem uma visão binária que muitas vezes não é preparada para lidar com identidades que fogem do padrão cis-heteronormativo. Portanto, tendo em vista essa realidade, nota-se a importância de uma revisão dessas políticas afirmativas e a necessidade de uma transformação institucional e cultural, que garanta um espaço acolhedor e justo a toda essa diversidade social.

Percepções de discentes sobre a inclusão e permanência de pessoas trans e travestis

Nesta seção, são apresentados os dados coletados através de entrevistas entre discentes trans e travestis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tendo como análise as suas percepções político-pedagógicas sobre a inclusão e permanência da população trans no âmbito acadêmico. Para isso, buscamos investigar a trajetória desses discentes através das suas perspectivas dentro da universidade e como o espaço pode trazer barreiras pelas quais vão colocá-los em vulnerabilidade, afetando a sua permanência.

Os relatos evidenciaram desafios comuns enfrentados por discentes trans e travestis na universidade, os estudantes apontaram problemas como: a vulnerabilidade de estar em determinados espaços da UESB ao tratar sobre o que entendem por inclusão e permanência, destacando a sua forma de ingresso na universidade, caso tenha sido por alguma política de inclusão; a utilização de recursos ou políticas de ações afirmativas e suas dificuldades de acesso; conhecimento sobre políticas e ações afirmativas para pessoas trans e travestis na UESB e as suas dificuldades enfrentadas como tal discente; experiências positivas de inclusão e permanência e sugestão para combater a marginalização e a exclusão de discentes trans e travestis.

Ao abordar esses discentes sobre o que entendiam por inclusão, foi percebido que ambos traziam a mesma ideia, de que para incluir, esse grupo marginalizado deveria ganhar mais credibilidade, considerando toda a sua vivência enquanto pessoa trans ou travesti, pois a opressão implicada a esses corpos dificulta sua trajetória em espaços educacionais. Então a universidade deveria arcar com melhores condições de acessibilidade e flexibilidade no âmbito acadêmico, fazendo com que essas políticas afirmativas tomem maior proporção para que toda a universidade esteja ciente sobre outras identidades de gênero além da cisgeneridade.

Em relação à inclusão, os discentes apontaram que para eles seria ter permanência enquanto pessoa trans ou travesti em um espaço acadêmico, eles contam que a inclusão das suas

identidades não os garante ter permanência, pois a partir do momento em que são colocados nesse contexto educacional, os marcadores binários e heteronormativos os colocam em vulnerabilidade. Luana, uma das entrevistadas, diz que permanência é conforto, é você estar no lugar como qualquer outra pessoa, sem causar incômodo, ou seja, isso faz com que a pessoa sintam-se confortável em estar naquele meio.

A população trans e travesti ainda enfrenta altos índices de discriminação na sociedade, o que contribui a grandes taxas evasão escolar e universitária vindo desse grupo. Segundo a discente Gabriela, ela também frisa a maneira em que a maior parte dessas pessoas trans recorrem a prostituição como fonte de sobrevivência, devido a tamanha escassez de oportunidades e ao pouco direito de existir nesse espaço universitário. Ela então considera que ter permanência acadêmica é além de frequentar, é também garantir uma possibilidade de existir nesses espaços e na sociedade, com um mínimo de prestígio. Para além, o discente Dante relata em sua fala, que entra em concordância com as demais, sobre todo o processo que envolve a inclusão desses sujeitos:

A partir do momento que ganhamos essa inclusão, não temos certeza de estarmos com garantia de permanência na universidade, porque não é só sobre entrar, é sobre a gente continuar, permanecer e terminar de fato a graduação ou continuar fazendo uma especialização, mas para a gente conseguir isso, é complicado, porque tem questões não só econômicas que tornam muito difíceis a nossa permanência na universidade, mas também há questões das nossas experiências no dia a dia, exemplo; o uso da biblioteca que pra quem não tem o nome retificado, ainda passa por esse constrangimento e até mesmo no R.U, ou a falta de segurança que nós podemos enfrentar com os próprios professores, pois podemos passar por situações de transfobia nas quais nem o nosso nome social é respeitado. Então nem sempre vamos encontrar uma comunidade que vá nos respeitar e acolher, ou seja, são diversas violências, algumas são pequenas, mas esse acúmulo faz com que nós nos cansamos. (entrevista fenomenológica, 2024).

Acerca da permanência dessas pessoas, os discentes relatam sobre suas utilizações de recursos na universidade e suas dificuldades de acesso, visto que a UESB mantém algumas bolsas de auxílio para o discente, porém o processo é muito burocrático e ainda sim não supre todas as necessidades de determinados estudantes, fazendo com que a maioria não consiga acesso por não atender às propostas dos editais. É uma questão delicada e necessária de se refletir, pois, ao discutir sobre vivências marginalizadas de grupos minoritários, pessoas que precisam desse auxílio, podem não conseguir por algumas exigências. É um fator que impacta a sua permanência na universidade.

Entre esses quatro discentes entrevistados, todos dizem fazer a utilização de recursos, seja das bolsas Programa de Assistência Estudantil, Mais Futuro ou monitoria vinculadas a instituição. Gabriela diz utilizar uma bolsa de doutorado, mas tem suas dúvidas se entraria como uma política de ações afirmativas, mas ela afirma ser um recurso.

Apesar desse apoio oferecido através de recursos ou políticas de ações afirmativas, nem sempre é garantida uma estabilidade a certos estudantes. Os discentes entrevistados apontam que ainda há um despreparo institucional e técnico, que criam barreiras limitantes e dificultam sua permanência. Eles revelam que, mesmo recebendo suporte financeiro da UESB, esse auxílio pode não ser suficiente para garantir sua segurança e bem-estar, além de que possam existir outras pessoas trans na universidade que podem não ter acesso a nenhum tipo de apoio, os colocando mais ainda em vulnerabilidade dentro do ambiente universitário.

A maioria dos entrevistados relataram que ingressaram dentro da UESB por meio de políticas como cota social e uma por ampla concorrência, devido a não implementação das

políticas de cotas para pessoas trans e travestis, que só foi implantada em novembro de 2023. Com isso, esses estudantes relatam que, apesar de se identificarem como trans ou travestis, os mesmos não têm direito a qualquer benefício que essa cota forneça. Todos os entrevistados relataram as dificuldades sobre a questão da permanência dentro da instituição.

Recentemente houve uma questão em que tinham informado que pessoas trans conseguiram a habilitação direta no Prae, e quando fui buscar essa habilitação, fui negado, porque segundo eles da COAPA, a gente só teria direito a cota trans no praie se eu tivesse entrado na universidade com a cota de pessoas trans, mas quando ingressei na universidade ainda não existia essa cota. Logo eles afirmam que não podiam ter essa habilitação de forma exclusiva porque outras pessoas de outras cotas iriam querer, então não faz sentido, não temos direito a algo que é nosso. Tem também uma questão que venho enfrentando, o uso do meu nome social não vem sendo validado no 50% do R.U, o meu nome mostrado na lista é o de registro, então sempre que vou almoçar, eu pego a ficha de almoço com o meu nome de registro, então é desconfortável. O mais futuro também, apesar de ser uma renda que vem me garantindo algo, ainda é complicado porque é meio salário mínimo que não pode trazer benefício para outras pessoas trans permanecerem na universidade com esse auxílio, então é uma política de inclusão legal, mas o dinheiro é pouco e eles ainda exigem que você não tenha um vínculo trabalhista para ter direito a essa bolsa. (Discente Dante, entrevista fenomenológica, 2024).

Desse modo, podemos identificar certas dificuldades encontradas mesmo com a implementação de políticas de ações afirmativas, pois os relatos dos entrevistados apontaram que a universidade precisa de um melhor preparo técnico, tanto para alguns profissionais quanto para todas as pessoas da instituição. É necessário que todos reconheçam outras identidades de gênero, passem a considerar de forma relevante suas condições sociais, a fim de evitar que algumas atitudes e ações agridam discentes trans/travestis.

Meus documentos que ainda estão com o meu nome de registro, tudo errado, então dá mais problemas porque não levam em consideração isso nas inscrições. Então é isso, o PRAE que falam ser semestral, mas é anual, o mais futuro complica também porque eles não levam em consideração algumas condições sociais. Eu tenho uma condição financeira boa, moro com os meus pais, meus irmãos, mas assim, eu penso para mim, porque se a minha relação com os meus pais se prejudica em algum momento e nesse processo o PRAE ou o mais futuro for só anual, e os meus pais me expulsarem de casa ou me agredir de alguma forma, eu vou ficar um ano largada. Então assim, pensar em algumas condições minhas de sociabilização, em algum momento, isso é um agravante que pode ser levado em consideração no processo da formação da política. (Discente Luana, entrevista fenomenológica, 2024).

Quanto ao conhecimento sobre políticas ou ações afirmativas implementadas na UESB especificamente para pessoas trans ou travestis, a resposta dos discentes entrevistados é direta, todos apontam conhecer apenas a nova política de cotas para pessoas trans e travestis, porém não conhecem como ocorre o processo e seus benefícios internos.

Também foram discutidas algumas dificuldades enfrentadas enquanto discente trans ou travesti na universidade e como foi o processo para superar essas barreiras. Ambos entrevistados compartilham suas experiências sociais e pessoais, evidenciando que a universidade ainda os coloca em vulnerabilidade, onde violências simbólicas ocorrem

cotidianamente. É descrito nas entrevistas uma grande limitação a determinados espaços acadêmicos, especialmente no uso dos banheiros, os discentes relatam não se sentirem confortáveis ao utilizá-los, e muitas vezes, preferem evitar o uso para escapar de olhares “tortos”.

Luana expõe uma situação delicada a qual ela enfrenta todos os semestres, pois seu nome ainda não foi retificado e, por razões pessoais, ela não utiliza o nome social, e por isso, frequentemente precisa explicar aos professores para ser tratada e chamada pelo nome correspondente a sua identidade de gênero. Mas ela se sente cansada de lidar com essas mesmas situações e preocupada se terá problemas com alguns professores.

Já teve dois casos esse semestre onde o professor me conhece como Luana, me tratava como Luana, mas teve um dia em que ele falou que ia fazer a chamada porque tinha faltado muita gente na sala, daí ele acabou me chamando pelo meu nome de registro, ele reforçou quem seria essa pessoa da caderneta e então fui forçada a falar que seria eu, logo ele faz uma reação de vergonha e pede perdão, mas aí eu falei “poxa, mas já tinha conversado com você sobre isso desde o início do semestre”. (entrevista fenomenológica, 2024).

Buscamos investigar experiências positivas de acesso e permanência desses discentes entrevistados e foi apresentado um ponto em comum: descreveram a maneira em que os professores, amigos de turma e alguns outros colegas os fazem sentir pertencentes, oferecendo suporte e apoio necessários.

As experiências que favoreceram a minha inclusão partem especialmente da minha turma, dos meus grupos e dos professores e professoras, que, em sua maioria, se demonstram extremamente acolhedoras. Ainda que não tenha conseguido mudar o meu nome nos registros oficiais da UESB, meus orientadores e orientadoras de monitoria sempre me deram liberdade para utilizar o meu nome em registros e relatórios. Além disso, com raras exceções, costumo ser respeitada e tratada pelos meus pronomes e pelo meu nome. O movimento estudantil também contribuiu bastante para isso, uma vez que participei de três gestões do centro acadêmico de Psicologia e tive bastante contato com as outras entidades estudantis da universidade, sendo sempre acolhida e respeitada. (Discente Mar Celine, entrevista fenomenológica, 2024).

Porém, segundo o discente Dante, ele afirma não ter uma experiência que o favoreça, a única coisa que a universidade, até então proporciona, é conhecer outras pessoas trans. Ele frisa que se aproximar de pessoas que compartilham das mesmas experiências sociais enquanto pessoas trans acaba ajudando a lidar com determinadas situações, pois são pessoas de um mesmo grupo que lutam numa mesma vivência.

Esses pontos destacados pelos discentes mostram que, apesar de algumas barreiras encontradas na UESB, há pessoas que são suporte em suas vivências, fazendo com que eles sejam incluídos e respeitados, independente da sua identidade de gênero. Em geral, são corpos que não estão livres de serem marginalizados, no entanto, a universidade é um espaço diverso, mas ainda assim devemos considerar a pequena taxa de pessoas conscientes que compartilham empatia com a identidade trans/travesti. Quando esse grupo sente que pertence a esse espaço, a sua permanência é favorecida, desse modo, é fundamental com que a instituição acadêmica discuta mais sobre o papel de uma pessoa trans no ensino superior, pois, talvez assim, a

notoriedade dessas vivências seja maior e a marginalização seja refletida.

Por fim, questionei aos entrevistados o que a comunidade da UESB poderia fazer para combater a marginalização e a exclusão de discentes trans e travestis. Em suas respostas, eles apresentam opiniões que partem de uma mesma ideia. De acordo com os estudantes, a universidade como um todo precisa se organizar, pois tratar de identidades que fogem da cisgeneridade é um desafio. Caso toda a instituição não esteja disposta a lidar com essa questão, pessoas trans e travestis continuarão passando por uma elevada taxa de evasão

Acho que a UESB tem que fazer muito, porque somos tão poucas, isso é fato. Eu acredito que primeiro essa modalidade de extensão da universidade deva ser utilizada para tentar captar o interesse de pessoas trans e travestis lá no ensino médio para a universidade, pois ainda somos muito poucas e acredito que a universidade deva garantir também a permanência dessas pessoas nesses espaços, e claro sempre conscientizar através de eventos científicos, dar esse convite a comunidade acadêmica a corrigir algumas posturas e a naturalizar também a existência de pessoas trans nesses espaços, já que por vezes existe essa sensação que esse espaço não é nosso. Então que a universidade promova formações aos seus docentes para lidar com a gente. Não que tenha algum segredo para lidar com pessoas trans, é a coisa mais fácil do mundo, pois somos gente como qualquer outra pessoa, mas é porque sempre tem professores que dizem que "ai eu não entendo..." então pronto, promova formação dos docentes, ai já não vai haver desculpinhas. (Discente Gabriela, entrevista fenomenológica, 2024).

Sabemos que nos tempos atuais é mais prático levar essas discussões sobre a inclusão e permanência de pessoas trans e travestis no ramo educacional, dando foco ao ensino superior, entretanto, se não houver um esforço da sociedade, dando mais relevância a essa pauta e não negligenciando esses corpos de estarem ocupando esses espaços, a população trans continua em extrema marginalização.

Conclusões

Através de uma análise das experiências de discentes trans e travestis da UESB, foi observado que, apesar de todo esse avanço alcançado pelas políticas de ações afirmativas, o acesso e permanência dessas pessoas nas universidades ainda é uma grande questão, pois o espaço não garante que pessoas trans e travestis estão seguros de violências, pois ainda há uma série de desafios estruturais e simbólicos que limitam suas jornadas acadêmicas enquanto discentes. E mesmo com a implementação de políticas inclusivas, a instituição como toda, precisa ter um maior compromisso com a diversidade, especialmente no reconhecimento de outras identidades que fogem desse padrão cisnormativo.

O estudo mostrou que, além dessas dificuldades de toda a comunidade trans em relação ao acesso e permanência em espaços educacionais, as pessoas entrevistadas afirmam enfrentar violências simbólicas ou constrangimentos que revelam um despreparo de toda a instituição acadêmica para lidar com corpos trans, esses discentes apresentam situações de um despreparo de ações pedagógicas voltadas para um certo acolhimento e compreensão dessas identidades de gênero e apontam suas vulnerabilidades em uma rotina acadêmica, enquanto pessoas trans

e travestis.

Conclui-se que, a evasão dessas pessoas em espaços educacionais pode se tornar algo em menor escala a partir do momento em que a sociedade e principalmente a instituição acadêmica tenha um melhor preparo para atender as necessidades da população trans, pois a permanência não depende só de criação de vagas voltadas a comunidade T, mas sim de uma reformulação sobre tais práticas institucionais que podem valorizar a inclusão e permanência. Portanto, a universidade como espaço de formação e também transformação social, precisa ter um melhor compromisso com a desconstrução desses marcadores sociais que marginalizam a identidade de gênero de uma pessoa trans. Logo, a vulnerabilidade social vivenciada por essas pessoas, tende a impactar o acesso e permanência no ensino superior, sendo isso um dos fatores que levam a evasão, por isso a universidade deveria suprir um melhor suporte para a comunidade, garantindo não só a inclusão através de uma implementação de cota, mas sim no desenvolvimento de bolsas e projetos que desconstruam essa ignorância universitária.

Elaborar com o verbo no presente do indicativo, em frases curtas, sem comentários adicionais e com base nos objetivos e resultados.

Referências Bibliográficas

ANDES. UnB é a 18ª universidade pública a adotar cotas para pessoas trans na graduação. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/unB-e-a-18a-universidade-publica-a-adotar-cotas-para-pessoas-trans-na-graduacao1#:~:text=Cotas%20trans&text=Em%202018%2C%20a%20Universidade%20Federal,%C3%A0s%20cotas%20para%20pessoas%20tran>.

BENEVIDES, Bruna G.; ANTRA. Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans em 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/01/dossic3aad-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contr-pessoas-trans-em-2019.pdf>.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2025.

CAZEIRO, Felipe; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma Cisgênera e seus derivados. Revista Estudos Feministas, v. 27, p. 1-12, 2019.

KOLINSKI. Transcender espaços, transformar ambientes, transmutar, trans. Colmeia – Unicentro, 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/colmeia/2023/03/02/transcender-espacos-transformar-ambientes-transmutar-trans/>.

LIMA, Tatiane; MACIEL, Carina Elisabeth. Inclusão e permanência de pessoas trans em espaços educacionais: desafios e perspectivas. In: SEMINÁRIOS REGIONAIS ANPAE, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/1comunicacao/Capitulo01/Tatiane_Li

ma_Carina_Elisabeth_Maciel_E1Com.pdf.

LOPES, W. F.; **COUTO, N. S. G. ;** **SOUZA, R. A. .** Percepções de mulheres velhas e negras de Salvador sobre implicações das medidas restritivas propostas na pandemia de Covid-19: a produção de bem-estar subjetivo. In: Daniela Magalhães Costa de Jesus; José Gileá; Katia Maria Mendes Silva; Pedro Camilo de Figueirêdo Neto. (Org.). Ciências Sociais Aplicadas VII: Atualidades. 1ed.Salvador: Mente Aberta, 2022, v. 7, p. 178-205.

PINOTTI, Fernanda. Transfobia é crime? CNN Brasil, São Paulo, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/transfobia-e-crime/>.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC.

SCOTE, Fausto Delphino; **GARCIA, Marcos Roberto Vieira.** Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, v. 38, n. 2, 2020, p. 1-25. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334/pdf>.

VIANA, Carolina Pinto, et al. A vivência de estudantes transgênero na universidade. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, 2022, eAPE01966. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/tqwsFwjhL93ZprfS3cbrzZb/?lang=pt>.

Apenas para bibliografia citada. Espaço simples, sem espaço entre as citações e sem recuo. Seguir ABNT.